



**anespo**

associação nacional  
de escolas profissionais

# **PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2024**

**APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL**

Pombal, 13 de dezembro de 2023

## INDICE

	N.º Pág.
<b>1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO</b>	<b>3</b>
<b>2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO</b>	<b>6</b>
<b>3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2024</b>	<b>7</b>
<b>4 - ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS</b>	<b>9</b>
<b>5 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS</b>	<b>15</b>
Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais	15
Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento dos cursos profissionais	17
Eixo III – Otimização do modelo pedagógico e consolidação de sistemas de qualidade	19
Eixo IV – Contribuição para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários	21
Eixo V – Vida associativa e promoção de iniciativas de interesse comum	23
Eixo VI - Projetos e parcerias transnacionais	25
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>27</b>
<b>7 - ORÇAMENTO PARA 2024</b>	<b>28</b>
<b>8 - MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2024</b>	<b>32</b>

## **1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO**

A apresentação e aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) visa dar cumprimento ao preceituado na alínea d) do artigo 16º e na alínea e) do n.º 1 do Art.º 21 dos Estatutos da ANESPO e tem como objetivo dotar a nossa associação de um importante instrumento de gestão que permita orientar a sua ação e dos órgãos sociais, no decurso do ano de 2024.

O Plano de Atividades e Orçamento da ANESPO para 2024, enquanto instrumento de planeamento de curto prazo, deve ter em conta os seguintes princípios gerais:

- a. O contexto em que se insere a atividade da ANESPO e das escolas profissionais e, conseqüentemente, as orientações de política nos domínios do emprego e das qualificações, da educação e formação de jovens e adultos;
- b. O enquadramento legal, designadamente, o Decreto-Lei 92/2014, a matriz estatutária que enforma atualmente a atividade desenvolvida pelas escolas profissionais, bem como a matriz curricular, impulsionada pelo DL 55/2018 e consolidada na Portaria 235-A/2018 de 23 de agosto e pelo DL 54/2018, sobre a escola inclusiva, edifício normativo que exige das escolas profissionais capacidade de resiliência e de ajustamento dinâmico do modelo pedagógico;
- c. A publicação da Portaria nº 281-B/2023, publicada a 13 de setembro, na véspera da abertura das aulas, contendo condições gravosas e agravadas nalguns casos, quanto a redução de financiamento das turmas, devido a desistência de alunos, de alguma forma minoradas através da Portaria 379/2023, de 17 de novembro, na sequência de forte contestação da ANESPO e das suas associadas;
- d. A convivência em 2024 dos efeitos dos atrasos na publicação dos Avisos dos Concursos para o financiamento dos Cursos Profissionais e CEF relativos ao ano letivo em curso, nas regiões com financiamento FSE, que irá ter como consequência um calendário de pagamentos e a emissão das comunicações de aprovação, completamente fora dos prazos normais;
- e. As medidas de flexibilidade e inovação curricular, bem como a perspetiva de reforço da organização da formação com base em resultados de aprendizagem e a focalização, nas componentes socioculturais, na educação para a cidadania e nas aprendizagens essenciais;

- f. O alinhamento das escolas profissionais com os mecanismos de garantia da qualidade, nomeadamente do quadro europeu (EQAVET) e a necessidade de renovação das acreditações ao longo do ano;
- g. O quadro regulamentar, nacional e comunitário, das operações com cofinanciamento através do FSE, uma vez que em 5 das sete regiões, é este fundo europeu que continua a alavancar o financiamento de diferentes tipologias de educação e formação, nomeadamente os cursos profissionais e os CEF;
- h. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), enquanto instrumento vocacionado para responder aos impactos da crise pandémica, nomeadamente modernizar as estruturas de educação e a formação profissional, através da instalação de 365 centros tecnológicos especializados (CTE), destinados às entidades promotoras de cursos profissionais.

Para além das dimensões acima referidas, devem ser ainda consideradas outras variáveis ligadas à política nacional e internacional, com incidência nas políticas educativas, designadamente:

- A) A nível nacional, a súbita queda, na ponta final de 2023, de um governo assente na maioria absoluta parlamentar, de um só partido, o que à partida conferia uma perspetiva de maior estabilidade, dando origem a um longo processo de transição que só deverá ter desfecho depois de 10 de março de 2024, quando decorrerão eleições legislativas antecipadas, que abrirão espaço a novo governo. Fruto desta situação importa tudo fazer para que os Programas dos partidos e o Programa do Governo contemplem as preocupações das Escolas Profissionais bem evidenciadas nos Memorandos que, recentemente, lhes foram enviados.
- B) A nível internacional, não podemos perder de vista o incremento de situações de belicismo e conflito armado, de que se destacam os imprevisíveis desenvolvimentos da guerra na Ucrânia e, mais recentemente, no Médio Oriente, o conflito entre Israel e o Hamas, que podem colocar a humanidade à beira de um conflito mais global, com graves consequências em termos de vidas humanas e agravamento das condições económicas, sociais, educacionais e humanitárias.

Neste contexto, em que se assiste a uma grande instabilidade no plano da política nacional e uma grande incerteza no que se refere à evolução da situação internacional e de consequentes impactos na Europa e na sociedade portuguesa, o Plano de Atividades para 2024 deve ter em conta um largo conjunto de variáveis e lições da experiência aprendidas ao longo de 34 anos de exigência e desafios, não se podendo esquecer o atribulado processo de transição do financiamento entre períodos de programação, do Portugal 2020 para o PT 2030, com todos os problemas de insegurança e instabilidade para as escolas, particularmente as situadas nas zonas de financiamento do FSE.

Por outro lado, no que se refere ao PRR, as escolas profissionais depositam grande esperança no financiamento dos CTE – Centros Tecnológicos Especializados e na possibilidade de modernização das instalações e especialmente dos equipamentos e do reforço dos respetivos projetos pedagógicos que os mesmos preconizam, quer no Continente, quer na Região Autónoma dos Açores. Infelizmente, o arrastar do processo de decisão final das candidaturas aprovadas na primeira fase e a inexplicável demora na tomada de decisão quanto às candidaturas da segunda fase, empurram para 2024 decisões cruciais para potenciar os recursos disponibilizados.

Do ponto de vista associativo, no primeiro trimestre de 2024, completa-se o mandato dos atuais órgãos sociais, devendo ser convocadas eleições para o triénio 2024/2027. É um momento da maior importância da vida da nossa associação, esperando-se a mobilização massiva dos associados no sentido de eleger quem irá assumir a liderança. Respeitando o calendário eleitoral, as eleições da ANESPO decorrem no contexto da campanha eleitoral das eleições legislativas, momento que pode contribuir para tornar mais vivas e presentes as nossas reivindicações.

Atendendo à sua relevância, preconiza-se a realização das jornadas pedagógicas de 2024 na cidade da Covilhã esperando-se que seja um momento importante de partilha e troca de experiências e uma oportunidade para se refletir sobre o caminho percorrido e, sobretudo, perspetivar vias de desenvolvimento do ensino e formação no futuro.

## **2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**

O diagnóstico estratégico deve apontar caminhos que vão para além do regular exercício anual, incorporando uma visão de médio e longo prazos na qual se terão que integrar as atividades previstas para 2024, considerando ainda que a nova Direção saída das eleições de março de 2024, poderá ajustá-lo em face do programa eleitoral que resultar do sufrágio.

Independentemente do sufrágio eleitoral, importa ter presente que existem algumas variáveis com impacto inevitável a médio e longo prazos, que importa também ter em conta designadamente a variável da evolução demográfica, nomeadamente a diminuição progressiva e consistente de nascimentos com reflexo significativo no número de alunos em idade de aceder ao ensino secundário, que não é suficientemente compensada por alunos estrangeiros, integrados em famílias imigrantes ou de jovens oriundos dos países de língua portuguesa.

No presente e no futuro próximo, o país tem que encontrar respostas para o desequilíbrio demográfico, sentido de forma evidente na vida e no funcionamento das escolas profissionais, em geral, e, particularmente, nas zonas de baixa densidade.

Sendo evidente que o número de alunos será cada vez menor, importa que os formemos cada vez melhor, o que significa considerar fundamental a estruturação da oferta e a adoção de medidas que concorram para que os pais e os alunos que frequentam o ensino básico, particularmente os que frequentam o 9º ano de escolaridade, sejam devidamente informados e orientados em função dos seus centros de interesse vocacionais.

Importa ter em conta que, nas últimas três décadas, particularmente nas regiões marcadas pela interioridade, as escolas profissionais têm sido, na generalidade dos casos, agentes de transformação, verdadeiros motores da economia e elevadores sociais de muitas camadas da população que, de outra forma, passariam ao lado dos desafios do progresso económico e social.

Nesta perspetiva, reafirmamos a necessidade de, em cada CIM/AM, ser fundamental que se proceda a uma análise exaustiva do território, envolvendo todos, mas todos, os atores que operam no terreno. Importa que nesses territórios se desenhem as soluções mais ajustadas à sua natureza, aos interesses dos alunos e das famílias e às capacidades instaladas, potenciando meios e recursos ao serviço das qualificações, atenta a perspetiva da aprendizagem ao longo da vida e os desafios da coesão social e territorial.

O futuro reclama, assim, medidas de discriminação positivas, nos municípios e freguesias do continente e das Regiões Autónomas, tipificados como zonas periféricas e de baixa densidade, marcadas por indicadores de desenvolvimento muito débeis, por forma a debelar os problemas resultantes da quebra demográfica, do envelhecimento da população residente e da conseqüente redução do número de jovens em idade escolar.

### **3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2024**

O diagnóstico estratégico sinaliza um largo conjunto de preocupações de diversa natureza importando agora focarmo-nos na análise dos diversos desafios com os quais as escolas profissionais se irão confrontar, dentre os quais se destacam:

- a. **Avanços na utilização das tecnologias da educação e formação** – A crise pandémica veio colocar em evidência alguma falta de equidade social, nomeadamente quanto à disponibilidade de ferramentas informáticas e acesso às redes, mas, ao mesmo tempo, despontou mudanças substantivas no aprender e ensinar, agora confrontadas com os desafios da inteligência artificial;
- b. **Planeamento da rede de oferta formativa** – Espera-se que as alterações governamentais, só verificáveis na primavera de 2024 não venham acarretar constrangimentos na definição da rede de oferta dos cursos profissionais e de outras ofertas de dupla certificação inicial de jovens, hoje assente numa base mais estável e coerente, com o maior protagonismo dos atores regionais (CIM e AM);
- c. **Informação, divulgação e promoção do ensino profissional** – A ANESPO e as escolas profissionais têm feito um investimento substantivo na divulgação das ofertas formativas, tendo em vista que chegue o mais possível aos jovens no ensino básico e às suas famílias, contribuindo para uma escolha mais informada e consciente na hora de decidir. Independentemente da continuação desse esforço das escolas, torna-se indispensável que o ministério da educação, através das suas estruturas, invista cada vez mais na promoção das virtualidades do ensino profissional, promovendo a maior atratividade de alunos para esta via que permita a aproximação ao compromisso de abranger metade dos alunos no secundário em percursos de dupla certificação.
- d. **Sistema de Gestão/Garantia de Qualidade** – Em 2020/2021, a generalidade das associadas da ANESPO, sedeadas no continente, obteve o selo de qualidade

EQAVET e assegurou a operacionalização do seu sistema de gestão/garantia de qualidade. As escolas do continente que atingiram esse objetivo estão agora a passar pelo processo de renovação por um novo período de 3 anos, que entrará por 2024, momento relevante para revisitar e conferir sentido e consistência à gestão/garantia de qualidade enquanto instrumento ao serviço da melhoria contínua dos projetos educativos.

- e. **Coesão social e aprendizagem ao longo da vida** – Espera-se em 2024, finalmente, a entrada em força da nova programação do Portugal 2030, como o programa focado no desenvolvimento das pessoas, Pessoas 2030, no continente e os programas regionais da Madeira e dos Açores, que trazem consigo particular enfoque na educação/formação de adultos e nas medidas de promoção da inclusão social, por via da imposição das prioridades comunitárias e das opções de política nacionais e regionais.
- f. **Dinâmicas migratórias, acolhimento de alunos estrangeiros e multiculturalismo** – O número crescente de jovens estrangeiros ou cidadãos da União Europeia que procuram as escolas profissionais, através do reagrupamento familiar, na condição de refugiados ou de mobilidade para estudar, deve gerar nas escolas uma postura proactiva visando uma melhor integração dos jovens e adultos imigrantes na escola, através da aceitação das diferenças e da criação de condições de acolhimento.
- g. **CEFANESPO - Formação de formadores e outro pessoal** – A necessidade de conformar os perfis profissionais dos formadores com os perfis da formação, que estão em constante mutação, implica a atualização permanente das competências do pessoal docente e, por isso, importa que o CEFANESPO assuma um papel relevante nesta matéria. A ANESPO tem a expectativa de as escolas profissionais poderem ter acesso a financiamento das ações destinadas aos docentes/formadores à medida das suas necessidades, no contexto da regulamentação do Pessoas 2030.
- h. **Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)** – O processo em curso de revisão do CNQ, prevendo-se a conclusão do diagnóstico e propostas setoriais até meados de 2024, poderá contribuir para a renovação da oferta formativa de cursos profissionais, bem como da articulação com as ofertas de nível 5. Ao consórcio QUALIFICAROFUTURO, liderado pela ANESPO, foi atribuído o trabalho de

elaboração de 8 dos 21 lotes a concurso, estando outras associadas envolvidas noutros agrupamentos que têm em mãos a revisão de outros setores. Tendo em conta o papel central da ANESPO e das escolas profissionais no desenho e construção da atual oferta, importa envolver toda a nossa estrutura nas ações de renovação, ajustando o CNQ a novas exigências e necessidades.

- i. **Trabalho de parceria** - Apesar dos constrangimentos atuais e talvez por isso, no ano de 2024 deverá ser dado um impulso significativo na integração crescente e participação ativa nas organizações nacionais de que a ANESPO é membro, como a CCP e a CNEF, bem como internacionais, no EfVET e na EFEE.
- j. Criação de atratividade para docentes e formadores e restantes trabalhadores das EP - Assistimos a uma grande dificuldade na contratação e retenção de talento. Devemos avaliar os termos e as oportunidades que a recente legislação traz relativamente às qualificações e aos modelos de contratação, por forma a garantir a sustentabilidade e redução da rotatividade dos docentes. Este aspeto, neste momento, não é uma Ameaça, é uma realidade, para a qual já há possibilidades, podendo a ANESPO contribuir através da divulgação dessas possibilidades e na própria formação e capacitação alargada de quadros que pretendam lecionar no EP.

#### **4 - ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS**

As variáveis internas, são aquelas em que a resolução depende, essencialmente, dos órgãos de gestão pedagógica e financeira das escolas, tal como previsto nos respetivos Estatutos. As variáveis externas, logo mais difíceis de controlar, dependem de outros atores e agentes, em que, neste caso, se destaca o estado e as instâncias de regulação e supervisão das escolas.

##### **4.1- Pontos Fortes**

A identificação dos pontos fortes permite dar suporte a outras medidas e a equação e avaliação de eventuais riscos que ponham em causa os projetos educativos, determinando a passagem de pontos fortes, a fracos:

- a. O capital acumulado em mais de três décadas na construção e na organização da formação de dupla certificação, escolar e profissional;

- b. O conhecimento dos territórios onde as escolas desenvolvem a atividade e a capacidade de interação com o tecido económico e social regional e local;
- c. A adequabilidade e pertinência das ofertas formativas face às necessidades evidenciadas pelos agentes económicos e sociais;
- d. Os contributos recolhidos nas reuniões do órgão consultivo da ANESPO, o Conselho Científico-Pedagógico, que congrega um largo conjunto de atores e especialistas nas áreas de educação e formação;
- e. A autonomia, a flexibilidade curricular, a modularização das aprendizagens e o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- f. A progressiva adoção de práticas pedagógicas assentes no princípio da individualização e da organização da formação com base em resultados de aprendizagem;
- g. O capital acumulado na preparação de respostas reativas às condições geradas pela pandemia, nos períodos de encerramento das escolas ou de funcionamento condicionado ou intermitente;
- h. A experiência dos recursos humanos afetos à formação e a qualidade da generalidade das instalações e equipamentos;
- i. A experiência na organização de formação dirigida a adultos e desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais;
- j. Uma cultura de qualidade e de adesão progressiva aos princípios orientadores da gestão da qualidade, bem patenteada em certificação ISO obtidas por muitas escolas, agora reforçada com o alinhamento de todas com o quadro europeu, traduzido no EQAVET;
- k. Qualidade demonstrada pela ANESPO no diálogo social, permitindo a concretização de contratos coletivos de trabalho com as frentes sindicais representativas da totalidade dos profissionais do setor;
- l. A reputação das EP e da própria ANESPO no desenvolvimento de projetos internacionais de capacitação; somos claramente reconhecidos como competentes a nível europeu e estamos presentes em diversos fóruns que nos permitem estar na linha da frente das mudanças que se preconizam a nível da transição digital, competências verdes e diálogo social.

Estes são os pontos fortes assinalados, mas a estes podem ser acrescentados tantos outros em função do contexto em que as escolas estão a desenvolver a sua atividade e resultam de um adquirido consistente, persistente e focado nos desafios da qualificação.

#### **4.2 - Pontos Fracos**

Uma abordagem realista, assente na base da experiência quotidiana, permite identificar alguns pontos fracos, que importa ter em conta e encontrar forma de inverter as tendências:

- a. Os constrangimentos financeiros, resultantes da não atualização das tabelas de custos unitários dos cursos profissionais e dos CEF, que desde a sua origem, em 2010, só foram alteradas através de redução de 5%, em 2012, apenas reposta parcialmente em 2023, aplicando-se apenas às turmas dos 10<sup>os</sup> anos dos cursos profissionais;
- b. O subfinanciamento das turmas com duas saídas profissionais e o agravamento de medidas penalizadoras para as escolas pela perda de alunos decidida pelo Ministério da Educação no início do ano letivo 2023/2024, logo corrigidas, mas a carecer de uma nova avaliação no futuro pois não é admissível que se construam cenários com base em valores extremos (n<sup>o</sup> máximo de alunos/turma que é 28 alunos) quando o referencial correto deveria ser os “valores médios” de alunos/turma, que é 20 alunos;
- c. A necessidade de generalização das melhorias das instalações e equipamentos, dimensão prejudicada com a quase total ausência de apoio público desde há mais de 20 anos, não compensada devidamente pelo PRR, uma vez que o apoio para os CTE não cobre a totalidade das escolas que oferecem cursos profissionais e CEF;
- d. A ainda reduzida experiência de algumas escolas na operacionalização da flexibilidade curricular, implicando um esforço acrescido no sentido da partilha de boas práticas e experiências mais conseguidas;
- e. A reduzida dinâmica do trabalho em rede de cooperação entre escolas com cursos nas mesmas áreas de formação, que tem que ser assumida como uma verdadeira mais-valia das escolas profissionais;
- f. A dificuldade na contratação e retenção de recursos humanos qualificados, designadamente de docentes de disciplinas das componentes sociocultural,

- científica e técnica, fundamentada principalmente nas alíneas anteriores, relativas ao financiamento, que limitam as tabelas salariais, por exemplo, a valores inferiores às atualmente em vigor no ensino público;
- g. A não consideração da elegibilidade para financiamento da formação contínua do pessoal docente e não docente que trabalha nas escolas profissionais que poderia ser ministrada e organizada pelo CEFANESPO;

Uma vez equacionadas as variáveis internas que decorrem e dependem de nós próprios, embora com determinantes que, por vezes, não dominamos na sua integridade, importa que olhemos para as condicionantes que não dependem mesmo de nós, as variáveis externas que se poderão traduzir em oportunidades e ameaças.

### **4.3 - Oportunidades**

Relativamente às oportunidades, julgamos que existem algumas condições que permitem às nossas associadas um melhor desempenho, designadamente:

- a. O sempre anunciado incremento do número de alunos do ensino secundário em percursos de dupla certificação, escolar e profissional, que aponta para 55%, para compensar o decréscimo da natalidade esperando-se que haja mais informação e melhor orientação vocacional, efetuada de forma independente, fora das escolas, o que implica vontade política para se atingir esse objetivo;
- b. A crescente preocupação dos empresários e das suas associações para a carência de mão de obra qualificada em praticamente todos os setores de atividade importando que as políticas a prosseguir pelos Ministérios da Economia e Educação concorram para o aumento da frequência dos cursos profissionais;
- c. A possibilidade de as escolas profissionais poderem aceder aos apoios constantes do PRR, designadamente, para a implementação de CTE nas áreas Industrial, das Renováveis, da Informática e das Tecnologias Digitais, permitindo aumentar significativamente a capacidade de atração dos jovens para as formações oferecidas;
- d. A dinamização das Redes de Cooperação de escolas por forma a permitir aumentar o nível de reflexão sobre a reorganização da oferta formativa e das

- práticas pedagógicas, num contexto de maior intensidade tecnológica e de renovação do CNQ;
- e. A acreditação da ANESPO/CEFANESPO para organização de formações dirigidas a docentes, formadores e outros trabalhadores ao serviço das entidades proprietárias das escolas;
  - f. A implementação das fases seguintes da Componente 6 do PRR com vista à criação de um número superior ao inicialmente previsto de CTE, em resultado da não execução ou execução parcial de muitos projetos, abrindo assim uma janela de oportunidade em termos de investimentos nas infraestruturas e nos equipamentos.
  - g. A revisão dos planos curriculares e conteúdos programáticos dos cursos profissionais que integram o CNQ – Catálogo Nacional de Qualificação que se encontra em curso e deverá ser terminada em 2024 esperando-se uma maior adequação aos ciclos de estudo e às necessidades do tecido económico e social.
  - h. Mudança de posição de uma orientação vocacional para a orientação ao longo da vida; concomitantemente, a capacidade das EP em albergar muitos mais projetos de formação e educação de adultos, onde as carências nacionais são significativas.
  - i. A possibilidade de as EP estarem mais envolvidas nos processos de validação internacional, como no PISA, bem como a possibilidade de as nossas escolas poderem acolher no seu seio as provas nacionais.
  - j. A oportunidade de aumentar o número de alunos de EP que prosseguem estudos de ensino superior, seja de imediato, seja numa perspetiva de construção de carreira ou de aumento das qualificações.

#### **4.4 - Ameaças**

Contudo, persistem velhas ameaças e algumas novas que convém ter em devida conta na medida em que a sua desvalorização pode comprometer os projetos educativos:

- a. A insustentável imobilidade do modelo de organização e financiamento das ofertas formativas, que não acompanha as novas realidades e as dinâmicas de alguns setores de atividade o que implica mais e melhores equipamentos e deveria implicar a revisão de algumas tabelas e consequente reforço do financiamento dos percursos de formação mais exigentes tecnologicamente;

- b. A convivência com um modelo de financiamento atomizado e de natureza punitiva pela perda de alunos, quando as EP tudo fazem para os reter, e a pouca aderência às novas orientações da tutela em termos de autonomia e flexibilidade curricular, cuja desconformidade se tornou mais evidente no período de pandemia;
- c. A questão demográfica traduzida na redução da natalidade e a consequente redução do número de alunos no ensino básico e secundário, com particular acuidade nas regiões mais periféricas e de baixa densidade;
- d. A manifesta falta de informação aos jovens e famílias sobre as diferentes ofertas das escolas profissionais e as escassas e desajeitadas ações de orientação vocacional tendem a empurrar os alunos para a oferta dos estabelecimentos onde concluíram o ensino básico;
- e. O desajustamento das redes de transportes, em particular nos territórios de baixa densidade ou povoamento disperso, assentes no território de cada município, quando para responder à diversidade das ofertas no nível secundário e permitir mais escolhas, seria indispensável a existência de redes intermunicipais, nomeadamente no quadro das Comunidades Intermunicipais (CIM);
- f. A previsível não abrangência a todas as escolas dos apoios destinados no PRR para melhoria dos equipamentos e obras de adaptação das instalações, considerando os critérios atuais para os CTE;
- g. As dificuldades crescentes no recrutamento de professores habilitados para a docência, em particular nas áreas científica e sociocultural e a não consagração de princípios orientadores alternativos;
- h. A manutenção de entraves à divulgação das ofertas formativas nas escolas que ministram ensino básico e os problemas da articulação regional das ofertas formativas destinadas aos jovens em idade de escolaridade obrigatória de nível secundário.

As variáveis internas e externas acima referidas e os correspondentes pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças dão-nos uma panorâmica geral do terreno em que as escolas profissionais se têm de movimentar no decurso do próximo ano.

## **5 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS**

Tendo em conta a contextualização, o diagnóstico estratégico e a incerteza quanto à evolução da pandemia e dos seus impactos, propomos que, em 2023, sejam priorizadas as seguintes áreas e, dentro delas, enunciadas as principais intervenções específicas:

### **Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais**

A afirmação pública e institucional está no centro das preocupações da ANESPO e, embora saibamos que a ANESPO é ouvida e respeitada em múltiplos vetores da sociedade, importa assegurar a continuidade da defesa dos interesses dos associados de forma crescentemente exigente.

Apesar da incerteza quanto ao desfecho do processo eleitoral de 10 de março de 2024 e da constituição de novo governo, a ANESPO deverá, nas linha de ação para 2024, manter e intensificar os contactos com a Presidência da República e o Governo da República, os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a Assembleia da República e bem assim com outros organismos relevantes da administração pública e do setor privado designadamente os parceiros sociais de expressão nacional, regional e local que, normalmente, interagem com os órgãos de gestão/administração das escolas profissionais, designadamente:

- a. Com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Geral da ANQEP, o Comité de Acompanhamento do Pessoas 2030 e a CS 11 do IPQ – Instituto Português da Qualidade, dada a relevância destes órgãos e a possibilidade de sinalizar situações que urge dar resposta e, ao mesmo tempo, dar visibilidade aos Projetos Educativos e Formativos das Escolas Profissionais;
- b. Com a CNEF, enquanto organização agregadora e representativa dos interesses do conjunto das entidades privadas que prestam serviços de educação e formação, em torno de interesses comuns, como a contratação coletiva e a carência de professores e formadores.
- c. Com as associações representativas dos estabelecimentos de ensino de nível não superior, privado ou público, AEEP, ANDE e ANDAEP;
- d. Com representantes dos serviços ligados às políticas educativas dos PALOP e da CPLP e com outras organizações que representam os setores da educação e formação no plano europeu, designadamente, o EFVET e a EFEE.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO			
	(Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
<p>a. Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Audiências com membros do governo a nível nacional e regional;</li> <li>• Audiências com Grupos Parlamentares;</li> <li>• Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR) e local (CIM/AM).</li> </ul>				
<p>b. Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Nacional de Educação (CNE);</li> <li>• Conselho Geral da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP);</li> <li>• Comitês de Acompanhamento de programas operacionais do PT 2030, nomeadamente o Pessoas 2030;</li> <li>• Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (CS11).</li> </ul>				
<p>c. Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente as associações sindicais e patronais, no sentido de sensibilizar e motivar para a situação das escolas profissionais e os obstáculos ao desenvolvimento dos seus projetos educativos.</p>				
<p>d. Manter, no âmbito da CNEF, um diálogo permanente com a FNE e a FENPROF em torno da otimização dos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT).</p>				
<p>e. Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos PALOP e CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo.</p>				
<p>f. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, nomeadamente através de divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais.</p>				

## **Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento dos cursos profissionais**

Os cursos profissionais foram criados no contexto da integração de Portugal na Europa comunitária, beneficiando dos apoios da política de coesão, estabelecida no Ato Único Europeu, e operacionalizada a partir de 1989.

Desde então, durante 18 anos, as escolas profissionais foram financiadas, através do FSE, nos sucessivos programas operacionais em todo o território nacional. Atualmente, a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve têm financiamento exclusivamente nacional, uma vez que não se integram nos critérios de primeira prioridade na atribuição de apoios comunitários.

As regras de funcionamento são ditadas por regulamentação nacional, incluindo a relativa às operações com o apoio do FSE, que cofinancia 70% das turmas de cursos profissionais promovidas por entidades privadas.

A longa transição de quadros leva a que o PT 2030, que cobre o período 2021/2027, só seja de facto operacionalizado em 2024, contribuiu para gerar entropia, tendo em vista a melhoria das condições de financiamento das escolas profissionais e das suas ofertas formativas, que deverão ser objeto de negociação com o novo governo e vão no seguinte sentido:

- a. Revisão do modelo de financiamento dos cursos profissionais e dos CEF, corrigindo os fatores críticos atuais;
- b. Atualização dos valores dos escalões, face à inflação e revisão do enquadramento de algumas qualificações;
- c. Reposição integral do corte de 5% das tabelas de custos unitários, por turma, para todos os ciclos de formação;
- d. Consagração do acréscimo do valor das tabelas das turmas com duas saídas profissionais;
- e. Revisão do enquadramento regulamentar e reparação da injusta situação de penalização das escolas por desistência de alunos;
- f. Diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, retomando a experiência encetada anteriormente, permitindo às EP complementar a formação de nível 4, com formação especializada de nível 5, através da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

Espera-se que em 2024, e a ANESPO tudo fará nesse sentido, seja encontrado um quadro coerente e estável que permita a consideração das principais dimensões apresentadas ao governo.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Acompanhar a implementação do quadro regulamentar e dos mecanismos de financiamento das ofertas formativas das escolas profissionais reclamando a melhoria das condições financeiras, sem as quais estará em perigo a qualidade das prestações educativas e formativas.				
b. Adotar uma postura proactiva no que concerne à implementação das mudanças em curso, assentes nas aprendizagens essenciais, na gestão flexível do currículo e na valorização da educação inclusiva.				
c. Contribuir para facilitar o acesso ao ensino superior aos alunos que completam o ensino secundário através da frequência dos cursos profissionais.				
d. Acompanhar e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira relacionadas com o funcionamento e financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões.				
e. Acompanhar e apresentar propostas tendo em vista garantir maior igualdade nas condições de acesso aos cursos profissionais e CEF aos jovens que vivem em regiões de baixa densidade, apostando na melhoria das redes de transportes e no alojamento estudantil.				
f. Reiterar a necessidade de diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, permitindo às EP complementar a formação de nível 4 com formação especializada de nível 5, através da oferta de CET.				
g. Garantir que sejam clarificadas as condições de acesso de alunos oriundos da CPLP/PALOP e demais alunos estrangeiros aos cursos profissionais, promovendo a atribuição atempada dos vistos de estudo por forma a que iniciem os percursos formativos no início de cada ano letivo.				

### **Eixo III – Otimização do modelo pedagógico e consolidação de sistemas de qualidade**

No que respeita à abordagem do modelo pedagógico das escolas profissionais, um edificado que se constrói progressivamente há 34 anos letivos, estão criadas as condições para, em 2024, se fazer uma reflexão aprofundada sobre a rota e o rumo do ensino profissional, o que deverá acontecer nas Jornadas Pedagógicas a realizar na primeira quinzena do mês de julho.

Nessa altura, é expectável que já esteja constituído o novo governo e se conheçam as suas prioridades em política educativa, em particular a visão que acolhe quanto ao desenvolvimento futuro do ensino profissional e das escolas profissionais.

Infelizmente, o atraso verificado na aprovação e/ou operacionalização de candidaturas aos CTE, não permitirá fazer um balanço dos impactos daí resultantes e das consequentes transformações qualitativas na organização da formação.

A conclusão do processo de renovação da certificação da qualidade e do respetivo selo de garantia no âmbito do EQAVET da maioria das escolas profissionais, deverá constituir um importante ponto de partida para a avaliação do processo e apresentação de propostas sobre a sua futura evolução.

A otimização do modelo pedagógico e as preocupações com a melhoria contínua da qualidade das prestações das escolas deve assentar na adoção e disseminação de boas práticas assentes no desenvolvimento de processos inovadores que promovam a revitalização da pedagogia de projeto e da pedagogia da individualização, na potenciação das competências transversais e na maximização dos interesses vocacionais dos alunos, como fatores de sucesso dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas profissionais.

Em síntese, nesta frente de trabalho nuclear, no quadro de incerteza sobre as orientações de política educativa, nas condições específicas atuais e dos seus constrangimentos e desafios, a ANESPO e as escolas profissionais deverão continuar a focalizar a sua atenção no aprofundamento do modelo pedagógico, na consolidação de sistemas de qualidade e na revisão, harmonização e adequação dos planos curriculares sem esquecer a implementação das formações centradas nos resultados de aprendizagem, à luz das novas disposições quanto à operacionalização do currículo.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
<p>a. Afirmação da lógica da inovação pedagogia disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Da potenciação da inovação pedagógica e das virtualidades da estrutura modular e macro modular;</li> <li>• Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em grupo;</li> <li>• Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador,</li> <li>• Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho.</li> </ul>				
b. Aprofundamento e generalização da experiência piloto em curso no que respeita à organização dos cursos profissionais com base em resultados de aprendizagem.				
c. Organização das jornadas pedagógicas 2024				
d. Envolvimento ativo na revisão do Catálogo Nacional de Qualificações, processo lançado pela ANQEP e que deverá ser concluído até meados de 2024, passando depois à fase de operacionalização				
e. Apoio às escolas no processo de renovação da certificação, com vista à consolidação e aprofundamento dos seus sistemas de qualidade em linha com o EQAVET.				

#### **Eixo IV – Contribuição para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários**

Portugal, no quadro da União Europeia, entrou nesta nova década com um conjunto de indicadores relevantes quanto ao cumprimento e superação de metas europeias no domínio da educação, nomeadamente quanto ao abandono escolar precoce e à taxa de conclusão de ensino superior entre os 30 e 34 anos.

Sublinha-se que a combinação de instrumentos de programação e financiamento que integra as verbas ainda disponíveis no PT2020, o PRR e o PT2030 farão com que Portugal, nesta década, disponha de um volume de recursos financeiros nunca antes considerado, próximo dos 60 mil milhões de euros, a que corresponde cerca de seis mil milhões de euros, por ano.

Admite-se que, esta circunstância, abra a possibilidade de as escolas profissionais alargarem o âmbito de intervenção a outras áreas financiadas por fundos comunitários, tendo como objetivo central dar um significativo impulso à aprendizagem ao longo da vida, através de diferentes medidas para aproveitar todo o potencial da mão de obra europeia, bem como atrair pessoas de países terceiros para as competências de que os países da UE necessitam.

A conjugação das verbas disponíveis e das dinâmicas empreendidas pelas Escolas Profissionais permitirá a dinamização de iniciativas que concorram para a valorização dos propósitos acima enunciados.

Assim, para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários, em 2024, a ANESPO e as escolas profissionais promoverão iniciativas no sentido de contribuir:

- a. para este esforço nacional, apostando na boa aplicação dos fundos comunitários destinados à educação e formação, qualificação de professores e formadores, bem como à digitalização da economia e da sociedade;
- b. para o desenvolvimento da sociedade e o reforço que o tecido económico e social, com vista a melhorar as condições de vida da população ativa e promover a inclusão social;
- c. para potenciar os recursos existentes para modernização de equipamentos e infraestruturas, promover a eficiência energética e otimizar recursos;
- d. para a operacionalização de iniciativas comunitárias, como os programas ERASMUS+ e Horizonte Europa;

Em 2024, a intervenção da ANESPO deverá focar-se em contribuir para o pleno aproveitamento dos recursos disponibilizados no PT2030, em particular nas intervenções financiadas através do FSE, bem como no sentido de otimizar os recursos do PRR, para além dos destinados aos CTE.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Combater o abandono escolar precoce apelando à identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico, assegurando informação e orientação adequada.				
b. Criar estímulos e apoios específicos aos alunos mais desfavorecidos com vista a promover o sucesso educativo e formativo, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de mínimos sociais e a eventual necessidade de mediação social e educacional.				
c. Contribuir para o cumprimento das metas europeias relacionados com as políticas de educação, qualificação, emprego e a inclusão social apostando na integração de 55% dos alunos em percursos qualificantes.				
d. Contribuir para a operacionalização das iniciativas comunitárias relacionadas, em particular, com estágios e intercâmbios, como o Programa ERASMUS+.				

## **Eixo V – Vida associativa e promoção de iniciativas de interesse comum**

A concretização dos objetivos constantes do programa de atividades, pressupõe o normal funcionamento da ANESPO, dos seus órgãos, bem como dos serviços e dos seus instrumentos de comunicação interna e com o exterior.

Em primeiro lugar, sendo 2024 ano de eleição dos órgãos sociais, importa assegurar a construção do processo eleitoral de forma atempada e transparente, de modo a criar condições para que as associadas expressem, de forma livre, a escolha de quem querem ver à frente dos destinos da nossa associação no mandato de 2024/2027.

Independentemente disso, deverá manter-se a participação ativa nas confederações nacionais de que a ANESPO é membro – CCP e CNEF – a qual proporciona formas de intervenção complementar, nomeadamente no domínio do diálogo social, nacional ou setorial, bem como obter complementaridades nos domínios técnico-jurídico, estudos e projetos de investigação.

Da mesma maneira, o envolvimento cada vez maior nas atividades das organizações internacionais – EFVET, enquanto membro, e EFEE, enquanto parte integrante da CNEF – é uma dimensão a aprofundar, considerando os efeitos positivos e as vantagens de que podem beneficiar as nossas associadas.

Com vista ao desenho de estratégias de médio e longo prazos, o Conselho Científico-Estratégico, constituído por personalidades de reconhecido mérito, deve contribuir para aprofundar as reflexões sobre as necessidades de qualificação, atuais e emergente, as estratégias educacionais inovadoras e sobre as mais recentes evoluções tecnológicas que importa acompanhar.

A mobilização das dinâmicas associativas implicará dar sequência aos ciclos de realização das Assembleia Regionais, programar novos périplos pelas escolas, envolvendo stakeholders relevantes, realizar as reuniões das Assembleias Gerais previstas nos Estatutos.

A necessidade de responder às necessidades de formação contínua do pessoal docente e não docente implicará mobilizar o CEFANESPO para, depois da realização do diagnóstico de necessidades de qualificação, deverá responder às necessidades sinalizadas pelos associados.

Deve continuar, igualmente, a desenvolver outras atividades de interesse comum, designadamente o Projeto LED@ESCOLAS, apresentado pela ANESPO, com o apoio da AEEP, à ERSE, no quadro das medidas de eficiência energética, lançado no final de 2022 e que irá decorrer até meados de 2024, permitindo ajudar algumas dezenas de associadas a trocar lâmpadas incandescentes por LED.

De uma forma geral, a ANESPO deverá continuar a promover iniciativas que permitam aprofundar temáticas essenciais da vida e do funcionamento das escolas.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Desenvolver o processo eleitoral com vista à realização das eleições para os órgãos sociais no decurso do primeiro trimestre de 2024 nos termos do respetivo Regulamento Eleitoral.				
b. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO para contribuírem com oferta formativa adequada às exigências atuais e necessidades das associadas, tendo como referência responder às prioridades identificadas.				
c. Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.				
d. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.				
e. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, quer na sede quer na delegação do norte.				
f. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação, nomeadamente através de iniciativas de interesse comum.				
g. Dinamizar a atividade do Conselho Científico-Estratégico, com a realização de pelo menos duas reuniões, uma em cada semestre de 2024.				
h. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO no EFVET e na EFEE, nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.				

## **Eixo VI - Projetos e parcerias transnacionais**

No que respeita aos projetos transnacionais, em 2023 a ANESPO deverá estar atenta às oportunidades abertas pela entrada em funcionamento de uma nova geração do programa ERASMUS + e de outros programas de iniciativa comunitária.

Em 2024 será concluído o projeto SAAM – Supporting Alliance for African Mobility, ação piloto apoiada pela União Europeia e pela União Africana, que deverá constituir como que um balanceamento para a promoção de novas parcerias para a cooperação com África dentro das medidas do ERASMUS+ vocacionadas para a promoção do capacity building em países fora do espaço europeu.

A participação nas atividades da European Federation for Education Employers (EFEE), permite o acesso a um espaço de representação junto da Comissão Europeia e de outras instituições internacionais, como o CEDEFOP, a presença no espaço do Diálogo Social Europeu na Educação, bem como para o envolvimento em diversos projetos e iniciativas:

A ANESPO deverá estar aberta ao estabelecimento de novas parcerias em projetos onde possa surgir como promotor ou parceiro, decisão a tomar em função da avaliação prévia das propostas, potenciando conhecimentos e experiências e otimizando recursos.

A ANESPO e as escolas profissionais deverão potenciar a aproximação crescente com organizações regionais, como a HETEL do País Basco ou o SN2D de França no sentido de obter vantagens mútuas na organização de parcerias, tanto no domínio das mobilidades como do aprofundamento dos projetos pedagógicos.

Importa ainda dar continuidade a contactos institucionais e diplomáticos com a generalidade dos países de língua portuguesa, para equacionar propostas de cooperação ou outras iniciativas que abram espaço à intervenção da ANESPO e das escolas profissionais.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Assegurar formas de divulgação junto das associadas das potencialidades do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.				
b. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa ou através de programas comunitários.				
c. Dar continuidade aos projetos em curso, na perspetiva de que abrem horizontes para novos enquadramentos como as relações Europa/África e o diálogo social na educação no espaço europeu.				
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer na cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros.				

## **6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2024, a ANESPO e as escolas profissionais deverão mobilizar-se na perspetiva da concretização das principais áreas de intervenção constantes do presente Plano de Atividades, que resultam do diagnóstico estratégico e das condicionantes passíveis de identificar, num quadro de grande incerteza, quer quanto à situação política interna, quer quanto à evolução da situação internacional. A sua concretização só será possível com a mobilização de todas as associadas e o reforço da capacidade de intervenção da ANESPO a todos os níveis.

Espera-se que o ato eleitoral para os órgãos sociais a realizar no primeiro trimestre de 2024, constitua um momento de reflexão e confronto de ideias, no sentido de encontrar as melhores soluções para o governo da nossa associação nos tempos vindouros.

Espera-se que as eleições legislativas contribuam ou abram caminho para a clarificação das políticas educativas, sempre na primeira linha nos últimos anos, em particular o quadro e o contexto do ensino profissional e das escolas profissionais.

Espera-se que a consolidação da economia e do emprego seja uma realidade e que as escolas profissionais se afirmem como atores indispensáveis para desenvolvimento regional e para a promoção da coesão e inclusão social e territorial.

As escolas profissionais querem continuar a ser um parceiro relevante em matéria de qualificação dos jovens e adultos, de criação de emprego qualificado e facilitador da execução das metas nacionais e da União Europeia em termos de alunos do ensino secundário matriculados em percursos qualificantes.

## **7 - ORÇAMENTO PARA 2024**

### **PRESSUPOSTOS**

A Direção da ANESPO, em 2024, deverá manter a linha de orientação estratégica no sentido de desenvolver as ações previstas com o mínimo de gastos e a obtenção do máximo possível de receitas.

Nas condições atuais que condicionam as atividades de todas as organizações, a ANESPO deverá mais do que nunca recorrer a instrumentos de planeamento e de execução do Plano de Atividades e adotar medidas de controlo de gestão, otimização de receitas e contenção de custos.

O Mapa de Exploração Previsional que apresentamos a seguir contém informação sobre os rendimentos que se espera obter e os gastos previsíveis.

### **RENDIMENTOS**

A ANESPO para atingir as metas que se propôs, prevê um total de rendimentos na ordem de 738 208 euros.

No que respeita aos rendimentos, sublinhe-se que o orçamento é feito na base da previsão de manutenção do mesmo valor de referência quanto às quotizações dos associados.

Relativo ao Catálogo Nacional de Qualificações foi celebrado contrato de prestação de serviços de consultadoria especializada para o desenvolvimento do Catálogo Nacional Qualificações com Agência Nacional para a Qualificações e o Ensino Profissional (ANQEP). Contrato celebrado em 2023 e seu termino em 2024.

Os subsídios à exploração para o ano 2024 decorrem dos projetos, em concreto:

LED @ escolas – ERSE .....	285
356€	

## **GASTOS**

No respeito pelo princípio da coerência e da gestão rigorosa apostamos na prudência e continuidade na elaboração deste orçamento.

Assim, os gastos previstos para execução deste orçamento, são os estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos.

### **Fornecimentos e serviços externos**

- Trabalhos especializados e Honorários

Estes gastos resultam essencialmente dos serviços prestados à execução dos projetos, serviços informáticos e outros necessários à atividade da associação.

- Vigilância e segurança

Gastos com o condomínio e extintores.

- Conservação e reparação

Gastos com conservação do edifício e a viatura

- Energia e fluidos

Gastos com eletricidade, água e combustíveis

- Deslocações e estadas

Gastos com viagens, alojamento, principalmente ao estrangeiro no âmbito dos projetos Erasmus e portagens

- Comunicações

Gastos com internet, telefone, telemóveis e correio

- Seguros

Gastos com seguros multirrisco do edifício, automóvel

- Outros

Gastos com contencioso e notariado, despesas representação

### **Gastos com o pessoal**

Encargos com remunerações de quatro pessoas ao serviço da associação, bem como respetivo subsídio de alimentação.

Encargos com a segurança social, seguro de acidentes de trabalho, encargos com medicina, higiene e segurança com trabalho.

### **Gastos de depreciações e de amortizações**

As depreciações referem-se aos ativos fixos, principalmente o edifício e viatura.

### **Outros gastos e perdas**

Inclui os impostos, nomeadamente o IUC, IMI, imposto de selo e quotizações para CCP, EFVET e CNEF.

## **CONCLUSÃO**

Na elaboração do orçamento, tivemos como preocupação conciliar as perspetivas em termos de receitas e despesas, considerando a conjuntura difícil em que as escolas se movem, tanto em termos nacionais como europeus.

Para a execução deste orçamento prevemos rendimentos no total de 738 208 euros e gastos num total de 686 643 euros originando um resultado positivo no valor de 51 565 euros.

A gestão eficaz e eficiente do património coletivo da nossa Associação é a nossa principal preocupação e deverá nortear a execução orçamental.

MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2024

RENDIMENTOS			
C. ESNL	Descrição	ANESPO	peso
	<b>72 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>452 852 €</b>	<b>61,34%</b>
	Quotas dos associados	168 750 €	
	Jornadas pedagógicas	10 000 €	
	Catálogo Nacional Qualificações	274 102 €	
	<b>75 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO</b>	<b>285 356 €</b>	<b>38,66%</b>
	LED@escolas	285 356 €	
	<b>Total Rendimentos</b>	<b>738 208 €</b>	<b>100,00%</b>

GASTOS			
	<b>62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>552 677 €</b>	<b>74,87%</b>
	Trabalhos especializados	20 000 €	
	Trabalhos especializados CNQ	232 986 €	
	Trabalhos especializados LED@escolas	242 553 €	
	Vigilância e segurança	1 080 €	
	Honorários	5 000 €	
	jornadas pedagógicas	10 000 €	
	Serviços bancários	500 €	
	Conservação e reparação	2 500 €	
	Material de escritório	1 750 €	
	Energia e fluidos	7 200 €	
	Deslocações e estadias	20 000 €	
	Comunicações	4 300 €	
	Seguros	1 500 €	
	Limpeza e higiene	1 200 €	
	outros	2 108 €	
	<b>63 GASTOS C/ PESSOAL</b>	<b>104 815 €</b>	<b>14,20%</b>
	Remunerações	86 943 €	
	Encargos s/ remunerações	15 872 €	
	Outros encargos	2 000 €	
	<b>64 GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE</b>	<b>21 650 €</b>	<b>2,93%</b>
	<b>68 OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>7 500 €</b>	<b>1,02%</b>
	<b>Total Gastos</b>	<b>686 643 €</b>	<b>93,01%</b>
	<b>81 RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO</b>	<b>51 565 €</b>	<b>6,99%</b>